

O SEXO DA POBREZA

Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia

Michel Agier*

RESUMO: Com base na observação etnológica de uma "avenida" do bairro da Liberdade, em Salvador, BA, o autor se propõe mostrar como as "subjettivações" dos indivíduos sobre sua condição e seu destino fazem sentido em relação à organização atual das famílias pobres e às posições distintas que homens e mulheres ocupam nesta organização familiar.

UNITERMOS: pobreza, cultura da pobreza, mulher, feminização da pobreza, família, parentesco, relações de gênero, vizinhança, papéis sexuais, redes sociais, homens/mulheres.

Relativizando a Pobreza

As condições de vida na pequena viela que será estudada nesse texto remetem aos caracteres "universais" da cultura da pobreza (Lewis, 1963, p. 30) e às questões que ela levanta. Numerosos traços do modelo de Oscar Lewis encontram-se ali. Certas famílias alcançam o limite da carência, e nelas se encontram, juntos, todos os caracteres que compõem o sofrimento quotidiano da sobrevivência, numa lógica das causalidades aparentemente sem saída: habitações insalubres, saturadas, precárias; falta crônica de

* Pesquisador-visitante do ORSTOM (Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération) no Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia.

dinheiro; sub-emprego e desvalorização da força de trabalho; fraco acesso aos direitos sociais públicos (saúde, escolarização, aposentadoria etc.); onipresença da doença e das alterações corporais por falta de cuidados; alcoolismo; importância da religiosidade e predomínio das interpretações "fatalistas" da existência; forte presença numérica das mulheres chefes de casa; instabilidade matrimonial e residencial dos homens; diversidade, complexidade e instabilidade dos "arranjos" familiares na composição das casas; etc. Permeada por laços de parentesco e compadrio, essa "avenida" dá uma forte impressão de "circuito fechado" onde tudo parece "fazer sistema".

A antropologia da pobreza só pode pensar o pobre num universo fechado, completamente "outro": o diferente perfeito? Se a abordagem monográfica não relativiza seu objeto e sua própria *démarche*, ela constrói o pobre numa realidade absoluta, ao mesmo tempo específica e universal. O "culturalismo" de Oscar Lewis, que marcou profundamente os estudos sobre a pobreza, é antes de tudo um efeito desse trancamento monográfico numa figura do "gueto": algumas "vecindades" do centro da cidade de México ¹. Por ausência de relativização, a pobreza lhe apareceu como um sistema social e cultural "específico", condição social transformada em identidade (Lewis, 1963, 1970; Oliven, 1985) ².

Tomando, ao contrário, a dimensão do tempo e do espaço que sobredeterminam seus objetos, a antropologia pode alcançar a significação relativa e a instabilidade potencial de um modo de vida, mesmo quando a observação empírica, evidentemente, o percebe como um dado estabelecido. Isso leva, não a minimizar a condição de pobreza real, mas a relativizá-la, examinando em que medida a posição social das famílias pobres permite pensar uma transformação de sua condição.

Segundo Oscar Lewis, a pobreza representa "um modo de vida notavelmente estável, transmitido de uma geração para outra por intermédio das linhas familiares" (1963, p. 29). Daí a identidade *definitiva* que ele atribui aos pobres e a crítica de conservantismo político que foi feita à sua tese da "cultura da pobreza". Casar uma identi-

1 Há uma linha de descendência entre a antropologia nos seus terrenos "tradicionais" e a antropologia do "gueto", que vários autores apontam como uma das vertentes da antropologia urbana, a outra vertente se encontrando na sociologia das redes que, aplicada às mesmas realidades urbanas, dá resultados geralmente opostos (Fox, 1977; Hannerz, 1983; Joseph, 1984).

2 Sobre a distinção entre condição e posição social, ver Bourdieu, 1966. Alba Zaluar faz uma crítica desta assimilação freqüente, nas teorias da pobreza, entre condição social, "cultura" e identidade social (1985, p. 33-63). Do mesmo modo, Valentine sublinha que a confusão de Oscar Lewis entre os diferentes níveis de análise (indivíduo, família, cultura) é "uma das dificuldades básicas primordiais do enfoque de Lewis" (Valentine, 1970, p. 62).

e cultural própria com uma condição sócio-econômica “diferente” ou “marginal” é, entretanto, uma tentação que fica presente nos estudos sobre a pobreza, quaisquer que sejam as motivações subjetivas e as inspirações teóricas dos pesquisadores. Trata-se freqüentemente de conseguir, a qualquer preço, o achado de um modelo “específico” para entender uma realidade cuja estranheza remete, no final das contas, à barreira social que permeia a relação observador/observado (Durham, 1986) ³. Isso toca em dois domínios importantes da pesquisa urbana: o das estratégias de sobrevivência e o das famílias matricentradas; domínios, de fato, freqüentemente associados.

Relativizar e tornar “dinâmica” a observação e a análise dos meios pobres implica, portanto, resolver várias questões necessariamente ligadas:

1) As famílias pobres representam um modelo estrutural distinto daquele das famílias do resto da sociedade? Esta questão concerne a um raciocínio mais amplo que estipula a “exclusão” definitiva dos pobres, pensando juntas uma marginalidade sócio-econômica e uma especificidade “cultural” desses meios, a segunda produzindo a estabilidade da primeira.

2) Como dar conta dos mecanismos sociais que permitem a “sobrevivência” dos grupos domésticos pobres? Tentaremos entender essa “sobrevivência” pelo estudo das relações nas quais esses grupos domésticos pobres se inserem. Quais são os espaços sociais de referência onde sua posição se constrói e quais são as regras das relações nesses espaços?

3) Qual o status da “feminização da pobreza”, do ponto de vista das relações familiares? ⁴ Ou seja, como se constrói a centralidade da mulher nas famílias pobres, indo até à possibilidade lógica de pensar a chefia feminina das casas? A interpretação da chefia feminina das casas pobres precisa recuperar a existência genérica de uma distinção de “papéis” sociais entre homens e mulheres, já realizada nas famílias conjugais e nas camadas sociais superiores. Essa interpretação deverá, portanto, basear-se na observação não somente das casas pobres chefiadas por mulheres, mas também das casas chefiadas por homens e das casas não-pobres.

³ “O apelo ao conceito de desorganização social para explicar sua família ‘desagregada’ [a pobreza] nada mais seria do que manifestação da estranheza dos que escrevem sobre a pobreza diante de costumes diferentes do seu” (Zaluar, 1985, p. 41).

⁴ Uma discussão das interpretações gerais da “feminização da pobreza” encontra-se em Castro, 1989, p. 25-58. Recuperamos aqui esta noção no sentido descritivo, privilegiando o enfoque da produção *familiar* das desigualdades de “papéis” e de práticas sociais na situação de pobreza.

4) Uma mentalidade de pobre reproduz a condição de pobre, como sugere Oscar Lewis? A discussão do “conservantismo” político contido na teoria da “cultura da pobreza” precisa de pesquisas sistemáticas sobre as experiências individuais e coletivas dos sujeitos e suas interpretações (Zaluar, 1985). Propomos apenas, neste artigo, tentar ver como as subjetivações dos indivíduos sobre sua condição e seu destino fazem sentido em relação à organização atual das famílias pobres e às posições distintas que homens e mulheres ocupam nela.

São essas questões que vão guiar as interpretações a seguir, baseadas na observação etnológica de uma “avenida” do bairro da Liberdade, em Salvador.

As “avenidas”: uma forma urbana de pobreza

Casas baixas, habitações de andar e pequenos imóveis de três ou quatro níveis, se apertam na maior desordem aparente e saturam o espaço construtível de um lado e do outro de uma longa crista de morros que bordeja a baía de Salvador. Dessa rua principal, “Estrada da Liberdade”, saem várias ruas que formam as “entradas” de uma quinzena de sub-bairros.

Começando a urbanizar-se no início deste século, no prolongamento do antigo centro da cidade, o bairro da Liberdade tinha em 1984 uma população estimada em torno de 100.000 habitantes. É uma área de baixa renda, sem ser, entretanto, a mais miserável da cidade. Conhecido como bairro “da classe trabalhadora”, bairro “operário” e “negro”, a Liberdade abriga famílias de trabalhadores subalternos das empresas tradicionais (porto, comércio, indústrias alimentícias, etc.) e, há menos tempo, das indústrias “dinâmicas” (petróleo, química, metalurgia), assim como de pequenos e médios funcionários públicos e de trabalhadores do comércio, do artesanato e dos serviços domésticos.

O sub-bairro do “Largo”, onde se situa a “avenida” que será analisada aqui, é acessível, como nos demais, por uma das entradas partindo da rua principal. Suas dimensões são de aproximadamente três hectares e 2.000 habitantes.

Esse local pode ser dividido, social e residencialmente, em duas partes: um espaço visível e mostrado – o largo central (cujo nome dá o nome ao sub-bairro) e as ruas; e um espaço escondido, fechado – as “avenidas”.

O termo “avenida” é usado, de uma maneira genérica (e irônica) para designar qualquer “beco”, travessa, vila e viela que sai de uma rua asfaltada. As avenidas são acessos pedestres às casas: corredores a céu aberto de aproximadamente trinta a cem

metros de comprimento, dois a cinco metros de largura, de chão de terra batida ou cimentada. Dado o relevo de Salvador, muitas vezes esses corredores são longas escadas descendo os morros. As habitações são alinhadas de um lado e do outro do corredor, ou de um lado só, o outro sendo formado pelos muros do fundo das casas vizinhas. Trata-se de antigas ocupações freqüentemente ilegais, em processo de legalização: de uma maneira geral, o "dono" (ou o ocupante se declarando ele mesmo "dono") de uma casa da frente e do quintal desta casa alugava partes deste quintal nas quais seus inquilinos construíam eles mesmos suas casas, barracos ou casas de taipa.⁵

Conceito do senso comum no qual as propriedades, relativas, de diferenciação social e simbólica pesam mais do que os caracteres "intrínsecos" (propriamente arquiteturais, urbanísticos ou econômicos) muito diversos, o termo "avenida" designa, por si mesmo, um *status* de pobreza, e assim identifica aqueles que moram nesses espaços.

Algumas avenidas do bairro já foram inteiramente transformadas. Encontram-se aí, agora, casas de tijolos com chão de cimento, telhado de telhas de barro ou de concreto (em previsão de um futuro andar), interiores cuidadosamente mobiliados e decorados, tendo às vezes um ou dois andares. Nas mesmas avenidas, constróem-se também pequenos prédios locativos, de dois ou três andares. Moram nestas avenidas famílias ditas "equilibradas": suas rendas são baixas mas relativamente estáveis, os empregos dos chefes de domicílio são de pequenos escriturários, artesãos ou comerciantes "autônomos", trabalhadores de empresas tradicionais, do Porto, etc.

Mesmo assim, o termo "avenida" continua carregado de uma conotação de pobreza, pelo menos relativa, comparado à definição tradicional das famílias que moram no "alto" do bairro: o largo central e as ruas asfaltadas adjacentes. São famílias de antigos funcionários públicos médios, de comerciantes, pequenos patrões artesãos e pequenos empresários da construção civil. A partir de uma primeira instalação (entre as décadas de 1910 e 1950), as casas foram transformadas e ampliadas, verticalmente (construção de andares) ou horizontalmente (uso do quintal da casa). Moram aí, agrupadas ou vizi-

5 Em certos casos, as avenidas de Salvador são comparáveis aos "cortiços", forma de habitação desenvolvida no início do século em São Paulo e Rio. Alojamento para as camadas urbanas mais pobres (até seu deslocamento para as periferias nos anos 60), os cortiços são alinhamentos de "cubículos", construídos por um mesmo dono geralmente especializado nesse tipo de operação financeira (Kowarick e Ant, 1988). Segundo um antigo morador do bairro apresentado aqui, muitas das suas avenidas eram originalmente (e algumas ainda são) autênticos cortiços, formados nos anos 1940 e 1950. Alguns proprietários, três ou quatro ("Coronel T.", "Família B." etc.), dividiam entre si os terrenos baldios do bairro (comprando o seu uso ao dono do terreno, a Ordem Terceira do Carmo) nos quais eles construíam e alugavam habitações sumárias.

nhas, várias gerações de uma mesma linha familiar. Algumas casas familiares foram compradas por negociantes e transformadas em imóveis para aluguel. Assalariados das recentes empresas "dinâmicas" (petróleo, petroquímica), com rendas superiores àquelas dos trabalhadores das indústrias tradicionais e ultrapassando às vezes àquelas das famílias tradicionalmente mais abastadas do bairro, conseguem ocupar esse espaço "visível", mostrado, do bairro, construindo ou transformando casas dando para o largo ou para suas ruas adjacentes.⁶

Quando, enfim, se fala – como fazem os moradores do bairro na sua descrição da estratificação social local – das "famílias carentes das avenidas", entende-se geralmente uma situação de pobreza "absoluta". É, de fato, o pólo mais pobre do bairro, o "baixo" de uma classificação hierarquizante, usando simultaneamente os critérios sociais, familiares e residenciais. No alto, as "famílias do largo"; no meio, as "famílias equilibradas das avenidas"; no baixo, "as famílias carentes das avenidas". Nesta última "classe", se situa a avenida São Caetano, quadro das análises a seguir (ver Quadro 1).

Quadro nº 1: A avenida São Caetano

A avenida São Caetano é formada por dois becos sem saída que se juntaram no fundo e fizeram então uma viela em forma de U, proveniente de uma rua asfaltada próxima ao largo central, e voltando a ela. Trata-se de um corredor de terra (coberto de cimento num certo trecho), estreito (dois a três metros de largura), de aproximadamente sessenta metros de comprimento total. Uma centena de pessoas vivem aí, em dezoito famílias. Quatorze delas moram em casas ao rés-do-chão. Entre estas, seis têm taipa na construção parcial ou inteiramente. Os telhados são de telhas de barro. Quer sejam feitas de blocos ou de taipa, todas se compõem de dois cômodos: uma sala com funções de entrada, cozinha, sala de jantar, de descanso e receber; e um quarto. Às vezes, constrói-se um cantinho fechado para isolar um banheiro ou um espaço de cozinha. Esses dois cômodos juntos não ultrapassam 20 m². Três casas se diferenciam desse modelo básico, por terem um andar: duas são habitadas cada uma por um grupo doméstico só, uma é ocupada por dois grupos domésticos distintos.

Onze casas são chefiadas por um homem, se bem que essa chefia masculina seja "litigiosa" em algumas casas. Mulheres são chefes de casa, sem contestação possível (sem cônjuge) em sete casas, ou seja: 40% a 50% de mulheres chefes de grupo doméstico, quando essa taxa é de 23% no conjunto da cidade do Salvador. Os empregos das mulheres chefes de casa são: uma vendedora de salgadinhos, uma vendedora de "marmita" feita em casa, uma faxineira, três lavadeiras e uma sem emprego nenhum. A renda "familiar" nessas casas de mulheres vai de nada (um caso) a dois salários mínimos e meio (renda mensal de abril 1988). Os empregos dos homens chefes de grupo doméstico distribuem-se da seguinte maneira: há cinco assalariados (dois vigilantes, um embalador de supermercado, um marinhaireiro, um doqueiro), dois aposentados (um ex-doqueiro e um ex-funcionário público), três comerciantes autônomos (ambulantes, de quitanda, de feira) e um eletricitista da construção civil, desempregado. Dois desses homens são solteiros, os outros nove têm uma cônjuge, que trabalha na maioria dos casos (costureiras, empregadas domésticas, cozinheira). As rendas "familiares" dessas casas vão de 1,5 a 9 salários mínimos (ver Tabela 1).

⁶ A posição social dos trabalhadores das novas indústrias baianas no espaço e na estrutura social desse bairro antigo é analisada em Agier, 1990.

A casa e a família

Três quartos das casas da avenida São Caetano (12 entre as 16 que puderam ser pesquisadas diretamente) têm parentesco no bairro da Liberdade, isto é, num espaço de relações quotidianas possíveis. Perto de dois terços (10 em 16) têm parentes na vizinhança imediata da avenida (ou seja, dentro dos limites do sub-bairro do Largo), o que torna efetivo um uso quotidiano sistemático dessas relações (trabalho, troca ou doação de alimentação, empréstimo de utensílios domésticos etc.). Enfim, quase a metade das casas (7 em 16) tem relações de parentesco na própria avenida, que aparece então como uma *extensão da casa*: trocas, serviços e conversas nas entradas das casas (no corredor da avenida) ou dentro das casas parentes, circulação das crianças de uma casa para outra, empréstimo de utensílios domésticos, de alimentos, comensalidade etc. (ver Tabela 1).

Tabela 1: Família e vizinhança (avenida São Caetano, maio 1988)

Nº de ordem	Renda total da casa (em S.M.)	Sexo do chefe da casa	Parentesco na avenida	Parentesco no sub-bairro (Largo)	Parentesco no bairro (Liberdade)
1	0	F		*	
2	1/4	F	*	**	
3	1/2	F			*
4	1	M	*		*
5	1,5	F	*	**	**
6	1,5	M		**	*
7	2,5	F	*	**	
8	2,5	F			
9	3	M	*	**	
10	3,5	M			***
11	3,5	M			
12	4	M		***	
13	5	M			
14	7	M			
15	9	M	*		***
16	9	M	*		**
17	?	F	?	?	?
18	?	M	*	?	?

(cada * representa uma casa)

Entre os dez casos onde casas da avenida têm parentes na própria avenida ou na sua vizinhança imediata, a referência é, via de regra, a família de origem dos sujeitos

(relação de pai ou mãe para filho ou filha e relação entre irmãos e/ou irmãs). Essa proximidade genealógica, desdobrada pela proximidade espacial nos limites do sub-bairro do Largo, faz com que essas relações intervenham direta e quotidianamente na vida das casas da avenida.

Uma mesma proximidade genealógica (a da família de origem) se encontra no caso das sete casas que têm parentes nos outros sub-bairros da Liberdade. Somente em um caso, um tio (tio materno da esposa do chefe de casa) está referenciado como "parente morando no bairro".

A força da referência à família de origem, observada no caso de uma avenida pobre, não é diferente da que se pode observar no resto do bairro, em particular entre as "famílias do largo", descendentes dos "grupos intermediários" da Bahia do período anterior aos anos sessenta (Cf. Azevedo, 1959). As estruturas e regras familiares são as mesmas: centralidade da família elementar formada por um homem e uma mulher, e seus filhos; direitos e deveres de solidariedade (diferenciados segundo os sexos) entre os membros dessa família; privilégio dos *siblings* (descendentes em filiação bilateral), enquanto os não-*siblings* vêm "de fora" ou "da rua" ⁷.

O que muda, entre as famílias pobres e abastadas, é o uso dessas estruturas e regras de relações no espaço urbano e na organização doméstica. Toda "família do largo" pode agrupar um conjunto de *siblings* (homens e mulheres) e suas próprias famílias elementares numa casa só (repartidas em um número de unidades habitacionais igual ao número de famílias elementares), ou num alinhamento de casas contíguas (ocupando o quintal da casa da da frente). Além do mais, ela pode ampliar seus grupos domésticos pela acolhida de "agregados" e filhos de criação, que é um dos meios de reprodução, na assistência ou na "caridade", de relações de dependência e de poder com os elementos mais pobres da parentela ou da rede local de sociabilidade.

Enquanto isso, as famílias pobres se fragmentam espacialmente, indo onde podem, parecendo se desarticular em incertos "arranjos" domésticos instalados no provisório:

⁷ Interessante é notar aqui o uso de duas expressões estigmatizantes para os não-*siblings*, que sugere uma diferença de tratamento dentro de uma primeira diferença. Conforme levantada em vários discursos concordantes, a expressão "de fora" é usada para quem nasceu de pai diferente: o "fora" designa então uma exclusão do grupo de descendência, isto é, daqueles que carregam e transmitirão (em princípio eternamente quando em linhas masculinas) o mesmo "último nome", o status e a "essência" da família. Por sua vez, a expressão "da rua" designa quem nasceu de mãe diferente: o nível do estigma é menor, envolve uma oposição casa/rua que remete à composição do grupo doméstico, sem alterar o pertencimento do filho vindo "da rua" à descendência patrilinear.

nunca se sabe se vai encontrar a mesma composição da casa em duas visitas distantes alguns meses. Para fazer sentido do ponto de vista das estruturas familiares, a composição dos grupos domésticos deve ser pensada em relação a elementos genealógicos situados fora da casa (ver Quadro 2).

Embora cada uma das casas constituídas por essas “fragmentações” pareça então ser isolada numa habitação separada (demasiadamente pobres para formar conjuntos de residência compactos, e ainda demasiadamente pobres para poder pensar uma mobilidade residencial generalizada fora do bairro, isto é, para se dispersar demais e impedir, na prática, o uso do referencial familiar da sobrevivência), a mesma estrutura e as mesmas regras que as das camadas sociais superiores continuam operando.

Quadro 2: Incertos arranjos familiares

Casas nº 18 e nº 4: Trata-se de uma antiga casa de taipa que foi dividida em duas partes por dois irmãos depois do falecimento do pai. No momento desse levantamento, as duas casas contíguas estavam em construção, sendo que apenas um dos irmãos vivia ali (casa nº 4) em condições materiais muito precárias (mobiliário: uma cama, uma cadeira, uma mesa, um fogareiro). Ele morava sem cônjuge e com uma criança (filha de uma filha, esta morando a algumas centenas de metros no mesmo bairro da Liberdade). Porteiro numa escola municipal, recebendo um salário mínimo, cronicamente doente (morreu um ano depois), ele era, de fato, inteiramente sustentado por seu irmão, marinheiro. Este, ainda que não morando na sua casa inacabada (ele chegou ali quatro meses depois desse levantamento), tomava conta da construção das duas casas.

Casa nº 12: Esta casa compõe-se de três irmãos e irmã: uma mulher (cujo marido, com quem casou civilmente há nove anos, acabara de deixar a casa há três meses) vive nessa casa que era anteriormente do seu pai, hoje falecido. Moram com ela: 1) os três filhos do seu casamento rompido; 2) um irmão uterino, um ano mais novo do que ela (ele tem 22 anos), e que se apresenta como o chefe da casa. É verdade que ele traz para casa o maior salário; quase dois salários mínimos, mas seu *status* de “chefe de casa” é discutível: ele é solteiro, sem filhos, e não é o dono da casa; por outro lado, ele tem um irmão *sibling* morando num outro bairro da cidade e que o ajuda financeiramente de vez em quando; 3) enfim, um outro irmão da mesma mulher (eles são de mesmo pai mas de mães diferentes). Este tem, na vizinhança do Largo, três irmãos uterinos morando em três casas distintas.

A indução – a partir da observação de organizações domésticas distintas – de um modelo familiar diferente é um puro efeito de empirismo que não distingue os três níveis necessários da análise que são: 1) a estrutura de parentesco como sistema objetivo de relações possíveis, direitos e obrigações, modelo teórico reconstruído pelo observador; 2) o espaço familiar como quadro real das relações genealógicas disponíveis; 3) o grupo doméstico (ou a “casa” no sentido social) (Woortmann, 1982), cuja existência é a mais efêmera, embora a mais acessível à observação.

O uso que os membros dos grupos domésticos podem fazer, nas suas estratégias de sobrevivência, do seu espaço familiar disponível, constitui-se num conjunto de práticas familiares objetivamente determinadas, não somente pelas necessidades das condi-

ções materiais presentes, mas também pelas possibilidades decorrentes de sua posição na estrutura de parentesco (Bourdieu, 1980, p. 271-331). Disso decorrem práticas familiares realmente diferentes, que produzem “tipos” empíricos de organizações domésticas às vezes nitidamente distintos, mas não contraditórios: entre uma família conjugal extensa (família nuclear, agregados e filhos de criação), uma família conjugal simples (pai, mãe, filhos), e uma família “parcial” (Azevedo, 1966), chefiada por uma mulher, o que se pode reconstruir como diferença é uma sucessão de variações na articulação entre as condições sociais – e suas necessidades e possibilidades objetivas – e as necessidades e possibilidades decorrentes dos “papéis” definidos pelas posições nas estruturas familiares. Essa unidade, ou continuidade estrutural entre os vários tipos empíricos de organização familiar, permite entender a possibilidade lógica das famílias matricentradas de outra maneira do que como uma produção *sui generis*, ou como uma simples imposição das condições materiais da pobreza. É para esta questão que se voltam as análises a seguir.

Homens e mulheres: o uso diferenciado do parentesco

Se não há como pensar um modelo familiar específico, diferenciando estruturalmente as famílias pobres das de classes sociais superiores, resta entender a lógica familiar possibilitando que se encontre, nos meios pobres da sociedade, a maior taxa de grupos domésticos matricentrados.

Por isso, é necessário desfazer a cadeia dos princípios familiares que geram as estratégias domésticas. A ordem lógica das práticas familiares tem como princípio que o “modo de usar” das relações familiares é diferente para os homens e para as mulheres.

O dever masculino e os princípios da uxorilocalidade

Supõe-se que um homem seja, capaz de reproduzir sua linha familiar, construindo e provendo sua própria família elementar. Ele deve ser não somente “genitor”, mas também “chefe de família”. Isto implica que ele saia da casa paterna quando casa. Não pode haver, sem conflito, dois homens chefes de família da mesma linha familiar na mesma casa. Quando isto ocorre, ou é considerado como uma situação provisória (que pode alcançar um ou dois anos, limitada pelo nascimento do primeiro filho da nova família), na espera das condições materiais permitindo a instalação da nova família, ou é visto como uma situação “anormal” que evidencia a incapacidade do homem. Assim, um operário do Pólo Petroquímico, morador de um prédio no mesmo sub-bairro, e que

contribuiu amplamente na reforma da casa paterna na qual ele viveu até o seu casamento, diz que ele não seria "um bom filho" se ficasse na casa do pai depois de casar.

Para cumprir seu dever, o "bom filho" pode, sem desonra, recorrer às relações e aos bens que se encontram do lado da família da sua esposa. Esse espaço de atuação nas linhas femininas se torna uma necessidade prática pelo necessário afastamento do homem da sua casa de origem. É a "divisão do trabalho" interna à nova família, como resposta prática ao desafio colocado diante do homem: o de se mostrar capaz de reproduzir sua patri-linha familiar, criando e provendo por isso uma família elementar (definida como momento da história familiar patrilinear) da qual ele deve ser o chefe e o provedor⁸.

Disso decorre a freqüência constatada, no sub-bairro do Largo em geral como na avenida São Caetano, de uma proximidade espacial dos pais da esposa. Famílias novas se instalam numa casa cedida pelo pai da esposa, ou constróem uma habitação no quintal do sogro, ou se aproximam simplesmente da família da esposa, instalando-se na mesma avenida, numa rua vizinha, no mesmo sub-bairro etc. Nessa tendência à uxorilocalidade (Abreu, 1982, p. 107), encontra-se a solução de numerosos problemas quotidianos da família em formação: cuidado das crianças, empréstimo de alimentos ou aparelhos domésticos etc. Do ponto de vista da mulher, ou, melhor dizendo, do ponto de vista da família da esposa, isso significa que, continuando a morar na casa "dela" ou perto de sua própria família, a mulher é sustentada frente às faltas do seu marido e encontra na sua casa familiar de origem uma proteção em caso de excesso autoritário ou de violência do marido.

Um homem do bairro, cuja esposa acabava de ameaçá-lo de separação por ele ser demasiadamente autoritário com ela, contava um dia, por um lado, como ele tinha "da-

8 Todos os estudos antropológicos evidenciam, de uma maneira ou de outra, essa diferença de papel entre o homem e a mulher, decorrente da imposição do dever social masculino: a mulher ligada ao interior, ao lar, à manutenção da casa e à moral (sua e a dos filhos e filhas); o homem ligado ao exterior e à providência da família, na sua "luta" pela feitura ou pelo respeito do nome da família. Cf. principalmente Abreu Filho, 1982; Alvim, 1979; Quiroga, 1982; Hirata e Humphrey, 1987; Fonseca, 1985 e 1987; Woortmann, 1982 e 1987; Telles, 1988. Quiroga (1982) mostra, notadamente, a diferença da participação dos lados maternos e paternos na vida econômica da casa; em famílias operárias de Belo Horizonte, o lado materno interfere no quotidiano da família (cuidado das crianças, troca de comida etc.), enquanto o lado paterno intervém de maneira prioritária num caso só: o do empréstimo de dinheiro (op. cit.: 82-83). Nesse caso, os consangüíneos do homem chefe de família se solidarizam numa questão essencial (o dinheiro), que coloca em jogo a honra do homem "provedor" e, por consequência, o *status* do nome de família que ele carrega.

do uma surra” num homem que ele tinha visto no bairro em companhia de sua mulher e, por outro lado, que ele nem podia ir se queixar ao pai da esposa, pois este ia “jogá-lo fora”. Nos bares do bairro freqüentemente se conta como se “tomou conta” de um mau marido da irmã (depois de explicar como se acerta a boa moralidade da mulher!).

A tendência à uxorilocalidade da nova família tem portanto três significações: 1) do ponto de vista do homem, significa a saída da casa paterna, evitando os conflitos de autoridade e permitindo a construção da própria família nuclear como elemento necessário da reprodução da patri-linha familiar; 2) do ponto de vista da família conjugal em formação, é a tradução do princípio segundo o qual a organização do cotidiano da casa é um domínio feminino (voltaremos a este ponto mais abaixo); 3) do ponto de vista da família de origem da esposa, é a realização de um controle que os consangüíneos da mulher vão exercendo sobre o desempenho do seu aliado. Ou seja: na situação de casamento, persiste, do ponto de vista feminino, a oposição salientada por Claudia Fonseca entre “a solidariedade institucionalizada entre os consangüíneos” e “a precariedade dos laços conjugais” (Fonseca, 1987).

O peso relativo das linhas masculina e feminina é “negociável” (sem que essa negociação precise de explicitação subjetiva), segundo a quantidade de *status* e funções que cada lado pode trazer⁹. A avenida São Caetano mostra essa “bilateralidade” virtual da definição das famílias, ao mesmo tempo em que ela mostra a dominância da figura do “homem provedor” na formação do *status* familiar. Mesmo que as relações entre as casas sejam feminizadas (sempre se fala da “casa de Dona Tal”, qualquer que seja o sexo do chefe da casa, como uma maneira de verbalizar a objetividade da uxorilocalidade das famílias), resta que as casas dotadas, pelos moradores da avenida, de um *status* superior são aquelas chefiadas por um homem, com uma boa inserção profissional, e que desenvolvem sem ruptura os ciclos familiares: três fatos ligados entre si para definir uma família “equilibrada” (Ver Quadro 3).

9 Numa cidade como Salvador, onde as diferenças raciais permeiam as relações hierárquicas, a possibilidade de negociação do peso de cada lado familiar em função da importância dos assuntos se verifica nas “estratégias” de identificação racial envolvidas no casamento: segundo Thales de Azevedo, o homem sendo “fatalmente absorvido” pela família da sua esposa, um homem de cor “ascende” pela sua integração à família branca ou mais clara de sua esposa, enquanto uma mulher de cor que se casa com um branco será mais exposta à hostilidade sócio-racial da família do marido (Azevedo, 1953, p. 44).

Quadro 3: Duas famílias "equilibradas"

Casas n^o 15 e n^o 16: São duas casas cujo chefe é um homem. Suas esposas são irmãs em filiação matrilateral. Essas famílias vivem na avenida há trinta anos. Pode-se ressaltar – nessas duas casas e, mais geralmente, no espaço familiar que as integra – duas "fileiras":

Por um lado, uma fileira familiar-residencial, que passa pelas duas esposas-irmãs, remetendo primeiro à sua casa de infância no mesmo sub-bairro do Largo (na casa de uma tia), depois a uma primeira casa na avenida (casa n^o 15), e enfim uma segunda casa, ainda na avenida (n^o 16). Duas vezes, conhecidos da vizinhança situados nas linhas femininas estão na origem da residência dessas duas famílias.

A segunda fileira é sócio-profissional, masculina e centrada em empregos no Porto de Salvador. Os dois chefes de casa são: um assalariado, o outro aposentado, do Porto. O primeiro tem um filho trabalhando como eletricitista no Porto, emprego que ele lhe conseguiu através de um amigo; o segundo tem um primo doqueiro, tendo em casa um genro também portuário, e sua esposa ainda tem um tio paterno trabalhador do Porto; enfim, o padrinho de uma das filhas desse casal é também funcionário do Porto. Seis portuários aparecem portanto nas linhas de parentesco, aliança e apadrinhamento. O trabalho no Porto da Bahia representou, durante várias décadas (até os anos cinqüenta), uma das principais referências do assalariado baiano, dotada de uma importante força sindical e cultural, e núcleo de solidariedades e amizades entre trabalhadores com empregos estáveis.

Rendas regulares, apesar de pouco elevadas, conseguidas nessa fileira, permitiram uma estabilidade familiar e residencial dessas duas famílias nucleares, e um acesso de seus filhos à escolaridade e a empregos e rendas invejáveis no contexto da avenida. Na casa n^o 15 (a do aposentado do Porto), duas filhas são assalariadas num hospital, uma como auxiliar de enfermagem, a outra como arquivista; a mãe e uma outra filha são costureiras, esta numa sala de costura situada fora da casa. Na casa n^o 16, um dos filhos é bancário, um outro é eletricitista no Porto, um terceiro é pintor de oficina (atualmente desempregado) e uma filha é escriturária numa empresa de eletrônica.

Essas duas casas são as mais abastadas da avenida, cada uma ocupando uma das três casas de andar. Foi através do doqueiro da casa n^o 16 que a avenida teve acesso às redes de água e eletricidade. O mesmo homem, sindicalista conhecedor dos complexos processos administrativos, cumpriu a maior parte das burocracias para obter a legalização da ocupação das casas da avenida por seus moradores. Os vizinhos dizem que essa casa é a "cabeça" da avenida.

A simbologia do dever social masculino torna o veredicto implacável em caso de fracasso. Um homem que precisa recorrer à ajuda permanente da sua própria família de origem é um homem sem *status*: ele é "doente", "incapaz", ou "anormal"¹⁰. O peso dessa simbologia explica, em boa parte, a instabilidade matrimonial dos homens com inserções econômicas precárias. É assim que, na verbalização das mulheres separadas sobre as causas da sua separação, pode-se mapear os temas que sempre voltam: 1) "A gente passava fome", "Ele gastava o dinheiro"; 2) "Ele me maltratava"; 3) "Ele

10 Entender como os meios pobres produzem simbolicamente a alteridade dos homens mal sucedidos inscrevendo-os nos domínios da doença e da "margem", é um tema de pesquisa ao qual leva a análise da lógica familiar de formação das casas matri-centradas. O papel da pessoa transgressora se define como parte de uma "rede" de papéis (responsabilidades e poderes) que permite aos sujeitos entenderem seu próprio destino (Velho, 1974).

arranjou outra e foi embora”, “Ele foi embora depois de ter os filhos”. Subjetivações femininas a *posteriori*, essas “causas” enunciadas evidenciam comportamentos masculinos de desistência, pânico e fuga, direta ou indiretamente decorrentes de um revés social.

Vimos que a uxorilocalidade da nova família – decorrência prática da carga masculina de reprodução social e simbólica da linha e do nome familiares a cada geração – é o princípio gerador da dominação da mulher sobre a organização da família conjugal. Para entender como esta necessária uxorilocalidade pode se tornar a base da formação de famílias matricentradas (quando o homem não consegue cumprir economicamente seus deveres simbólicos), é preciso ver quais são as disposições femininas que determinam o uso desta regra e sua transformação numa chefia da casa. É para esta questão que passaremos a seguir.

A formação das disposições femininas e a matricentralidade da casa

Diferentemente dos homens, não se espera a priori de uma filha ou irmã que ela saiba se integrar economicamente ou profissionalmente na sociedade. Os valores transmitidos pela socialização da mulher não a levam para uma inserção profissional formal, mas, ao contrário tendem a guardá-la na casa. Conseqüentemente, quando, adultas, as mulheres querem ou precisam de uma renda pessoal, elas geralmente têm apenas uma formação profissional “doméstica” e tomam as fileiras profissionais que sua socialização permitiu. Desse “passado presente”, “história incorporada, feito natureza” (Bourdieu, 1980), decorrem, como possibilidade pré-limitada de leque profissional, empregos que são tarefas domésticas (lavar roupa, limpar casa, cozinhar, costurar, cuidar de crianças) mercantilizadas a baixo preço ¹¹.

Na família conjugal, o papel da mulher é de não impedir a “luta” do homem para construir sua própria família e reproduzir sua linha familiar, mas, ao contrário, de ajudá-lo. E mesmo quando essa ajuda da mulher e de seu “lado” toma um espaço impor-

11 No conjunto das mulheres da avenida que têm uma atividade remunerada (21 num total de 32 mulheres de mais de 15 anos), e qualquer que seja o seu status na casa, contam-se:

- 6 assalariadas de empresas privadas (3 escriturárias, 1 ajudante de enfermagem, 1 ajudante de creche, 1 faxineira);
- 6 empregadas domésticas;
- 7 não-assalariadas trabalhando em casa (lavadeiras, cozinheiras, costureiras);
- 2 não-assalariadas trabalhando fora de casa (1 vendedora na feira e 1 costureira tendo sua própria sala no Largo).

No total, pode-se considerar que apenas 4 mulheres em 21 (3 escriturárias e 1 vendedora na feira) desempenham uma atividade profissional que não seja diretamente a mercantilização de tarefas domésticas.

tante, ainda é uma luta simbolicamente masculina; até o momento em que o homem desiste e prova definitivamente sua incapacidade. As críticas feitas às mulheres (tanto pelas mulheres quanto pelos homens) são de ordem moral ou doméstica e não sociais ou econômicas como aquelas endereçadas aos homens: uma leva "má vida", outra "não presta" para cuidar da casa, dos filhos e do marido. Na formação do *status* familiar, o papel da mulher é íntimo, discreto, definido em negativo.

Sendo assim, todas as casas – sejam elas agora chefiadas por homens ou por mulheres – abrigam famílias que se constituíram em torno de uma força de trabalho adulta e masculina. Com efeito, ser chefe de casa por interrupção do ciclo familiar de uma família conjugal (por separação ou falecimento do homem) é a situação de todas as mulheres-chefes de casa da avenida São Caetano. Precisa-se tirar todas as conseqüências do que pode parecer como uma mera evidência. Desaparecida essa presença masculina virtualmente central do esquema familiar, dois efeitos devem ser salientados: primeiro, é uma força de trabalho que não é exatamente substituível pela força de trabalho feminina, pois as duas têm disposições transmitidas desiguais; segundo, essa condição anterior representa a experiência familiar de referência e informa as práticas e as subjetivações presentes.

Esses vários determinantes familiares fazem com que os grupos domésticos chefiados por mulheres tenham mais probabilidade que os chefiados por homens de se encontrar numa situação de pobreza. Ao mesmo tempo em que eles terão mais *necessidade* econômica, eles terão também mais *possibilidade* social de recorrer legitimamente a seu próprio grupo consangüíneo que, por sua vez, se sente mais engajado em defender uma mulher e não relaxou realmente seu controle depois do casamento da filha ou da irmã.

Essa dupla probabilidade se encontra nas regularidades estatísticas, bem como no estudo direto do funcionamento das casas. Ao considerar as famílias cujas rendas são as mais baixas na avenida São Caetano, constata-se, por um lado, que se trata em geral de casas chefiadas por mulheres (ver Tabela 1) e, por outro lado, que as chefes de casa ocupam empregos que impedem qualquer estabilidade profissional e de renda.

Em todos esses casos, há uma impossibilidade da existência social do grupo doméstico se se considerasse apenas a renda monetária adquirida no mercado de trabalho pelos membros da casa. Por outro lado, há uma proximidade espacial e uma intervenção permanente de uma rede de parentes localizados fora da casa (ver Quadro 4). Estes parentes vêm do grupo de *siblings* da mulher-chefe de casa. É antes de tudo neste espaço de relações que funcionam as solidariedades, os "consangüíneos" envolvendo consigo seus próprios aliados (é assim que os cunhados ou os tios maternos são freqüentes intermediários na procura de um emprego, por exemplo, para um filho de uma mulher chefe de casa). A eficácia deste espaço se reproduz de uma geração para outra, permitindo conseguir uma habitação, criar um filho, ou dar alimentação à descendência.

As ajudas que as chefes de casa recebem dos seus filhos adultos (vivendo em outras casas) remetem a um laço formado na casa de origem. Se a eficácia da relação vertical mãe/filho se reproduz, até às vezes dar a aparência de ser a única relação sólida de referência (Fonseca, 1987), este laço se constrói, no entanto, como decorrência prática do princípio da reprodução familiar nas linhas masculinas. Com efeito, é a necessária uxorilocalidade da família elementar ou, em geral, a necessária aproximação da família elementar com a família da mulher – enquanto capacitação do homem desafiado para reproduzir o nome e o *status* da sua família patrilinear – que define a casa como um espaço quotidiano de ações, afetos e estratégias, sob o controle feminino.

Este domínio, já existente na família conjugal, contém a possibilidade da reversão da ordem aparente, ou seja: a passagem para a matricentralidade da "família". Isto acontece quando o homem desiste da sua "luta" simbólica e econômica e some do cenário, sumindo simultaneamente da organização doméstica e do espaço familiar disponível¹².

Esta lógica familiar de formação das casas matricentradas opera uma distribuição das funções (residenciais, reprodutoras, socializadoras) entre estas casas e o seu espaço familiar inclusivo. Logo, há, nesta relação, uma "negociação" objetiva dos poderes (que o termo político de "chefia" designa) sobre a casa e seus filhos. As famílias de mulheres são "famílias parciais" (Azevedo, 1966), não somente por causa de sua composição estruturalmente "fragmentada", mas também porque as chefes de casa controlam somente uma parte das funções e dos poderes familiares, outras partes sendo assumidas no seu espaço familiar disponível.

Quadro 4: O espaço familiar da sobrevivência das casas matri-centradas

Apresenta-se aqui, o caso de duas casas da avenida São Caetano (nº 2 e nº 7, casas vizinhas), ocupadas uma por uma mulher idosa, a outra por sua filha. Caso significativo da inserção do grupo doméstico no seu espaço familiar.

Dona Hilda (*casa nº 2*) chegou em Salvador em 1951, com 35 anos, e com seis filhos. Ela vinha do Recôncavo, onde nasceu, casou com um trabalhador da cana e viveu com ele durante dezesseis anos. Ma o casamento "não deu sorte", o marido batia nela e depois "arranjou outra mulher". Em Salvador, Hilda e seus filhos moraram durante três anos com uma irmã sua, cujo marido era marceneiro. Eles moravam no bairro do Largo, perto da casa onde Hilda mora agora. Três anos depois de sua chegada em Salvador, Hilda conheceu um homem do bairro e engravidou. Fez um aborto. Mas este homem lhe conseguiu a casa onde ela mora agora. No ano seguinte, Hilda teve um filho de um outro homem com quem ela nunca morou (ele "já tinha uma família"). Esse filho, agora com 33 anos, diz: "Os outros são do casal, eu

12 Na prática, há variações na "deserção masculina" (Azevedo, 1966, p. 124). Um homem pode ser ausente da casa sem estar totalmente fora do espaço familiar disponível, se participa ainda de algumas funções de reprodução da família elementar.

sou de fora. Como se diz, eu sou da contrabanda". A irmã de Hilda e o marido da irmã foram os padrinhos desse filho. Eles ajudaram Hilda a melhorar sua moradia e a prover sua família; pagaram as despesas de escolaridade de seus filhos mais velhos. Durante a maior parte de sua vida, Dona Hilda foi lavadeira. Além disso, ela tomou conta durante quinze anos das duas filhas e do filho do seu filho mais velho depois da morte deste. Foi este filho mais velho que pagou as despesas de escolaridade do caçula de Hilda, mas este, diz ela, "não aproveitou porque não quis".

Numa casa de taipa de 15 m², mora, com Hilda, o filho (7 anos) do seu filho caçula. Ele, diz ela, foi incapaz de conseguir "uma mulher que prestasse, uma verdadeira dona de casa", que soubesse tomar conta da criança, cuja mãe se separou do pai e vive com outro homem com quem teve outros quatro filhos. O caçula de Hilda vem freqüentemente à casa da sua mãe visitar o filho; freqüentemente toma aí uma refeição e deixa um pouco de dinheiro para Hilda tomar conta do seu filho. Mas ele dorme numa outra casa, distante a alguns metros (na rua adjacente à avenida São Caetano), na casa de um outro filho de Hilda. Este foi, sucessivamente, cobrador de ônibus, ajudante na construção civil e, depois de um acidente, despachante do jogo de bicho e pensionista da Previdência Social. É nessa casa que se lava (de ganho) a roupa da casa de uma outra filha de Dona Hilda que, casada com um comerciante de feira (venda de coco seco e amendoins), mora numa outra avenida, distante uns cem metros da casa de Hilda. Desta última casa, vem comida para Hilda; vem também comida para ela da casa vizinha onde mora uma outra filha, Creusa (casa nº 7). Hilda prepara e vende, em casa, salgadinhos e cocada: a renda dessa atividade "dá para pagar a luz".

Além dos seus quatro filhos morando em três casas em redor dela (uma na avenida, duas na vizinhança imediata), Hilda ainda tem um quinto filho, o mais velho de seus filhos atualmente vivos. Escolarizado graças à ajuda do marido de sua tia materna, até a quinta série, ele é atualmente funcionário de um clube recreativo. O filho do caçula de Hilda tem como padrinho o irmão da esposa deste filho mais velho e mais bem sucedido de Hilda. Diferentemente do caçula e de Creusa, cujo traço comum, nos termos usados por Hilda, foi de não terem sorte, o seu filho mais velho "deu sorte": ele é dono de uma casa num outro bairro da cidade, antiga invasão estabilizada há muito tempo; ele trabalha na administração do clube que o emprega e onde tem "muita amizade". Hilda se beneficia da Previdência Social dele e, diz ela, "ele toma conta de tudo"; conserta a casa de Hilda quando precisa, traz para ela dinheiro de socorro e toma conta do processo complexo de legalização da propriedade da casa onde Hilda mora há 35 anos.

A filha e vizinha de Dona Hilda, Creusa (casa nº 7), 43 anos, está separada há dez anos do homem com quem viveu durante doze anos, na mesma casa onde mora agora. Tinham casado no civil e no religioso e tiveram cinco filhos. Ele era pintor na construção civil. Ela explica a separação dizendo que ele a "maltratava e gastava o dinheiro". Os cinco filhos ficaram com ela. Eles têm agora entre 14 e 20 anos. Quatro anos depois desta separação, Creusa conheceu um outro homem de quem teve um outro filho, mas ela não quis "casar" com este homem porque "sabia que não ia dar". Duas filhas de Creusa, 16 e 17 anos, trabalham em empregos instáveis de empregada doméstica. Um filho, pintor de automóvel, trabalhou "desde menino" numa oficina de chaparia de automóvel do bairro; ele acaba de deixar esse trabalho para fazer "biscates". Um outro filho, 19 anos, é vendedor na venda do seu tio e padrinho (marido da irmã da mãe), comerciante de coco na feira. Este, além de dar comida para Hilda, dá também para Creusa de vez em quando. Quando precisa de dinheiro, Creusa pede "emprestado" a duas pessoas: ao irmão mais velho, morador de um outro bairro, e ao outro irmão, vizinho e despachante do jogo de bicho.

Pelo apadrinhamento de seus filhos, Creusa reforça seus laços de parentesco e "institucionaliza" relações de vizinhança: entre os padrinhos de seus filhos tem um de seus irmãos e o marido de uma de suas irmãs; e entre as madrinhas, a esposa de um irmão e a filha de um outro irmão. Mas tem também vizinhos da avenida: uma de suas filhas tem como padrinho o chefe da casa mais abastada da avenida, o doqueiro (casa nº 16) e um de seus filhos tem como padrinho um outro vizinho da avenida, funcionário de uma empresa de transporte urbano.

Se considerasse apenas as rendas mensais brutas das duas casas apresentadas acima, elas seriam num caso (casa nº 2, de Hilda) de um quarto de salário mínimo para duas pessoas, no outro caso (casa nº 7, de Creusa) de menos de 2,5 salários mínimos para sete pessoas

(dados de abril 1988). Isso não permitiria que essas casas existissem. De fato, sua existência social (enquanto grupo doméstico) se torna possível pela ação cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites da casa.

Pode-se diferenciar, no tempo, duas estruturas familiares de referência determinando uma transformação progressiva da organização doméstica de Hilda e seus descendentes: 1) Há, nos anos cinquenta, a agregação de Hilda à família nuclear de sua irmã. A referência é uma relação de *sibling* e esta é reforçada pelo apadrinhamento do último filho que nasce neste momento, comprometendo ao mesmo tempo a parente e o aliado. Esta relação de *sibling* preenche em grande parte as funções de alojamento, alimentação, escolarização (mesmo parcial) dos filhos de Hilda e, portanto, permite que sobreviva o grupo doméstico e se desdobre essa família nuclear sem pai. 2) A este quadro, substitui-se, aos poucos, o do conjunto da descendência de Hilda, cujos membros ajudam, todos, de uma maneira ou de outra, a mãe em sua casa, e onde alguns irmãos ajudam outros irmãos, sendo que se trata agora de quatro grupos domésticos além do de Hilda. Os laços de consangüinidade estão então valorizados por uma rede complexa de apadrinhamento, que honra e obriga os membros menos pobres da família. É o mais velho dos filhos atualmente vivos de Hilda que ocupa a posição de chefe de família, mantendo porém uma distância espacial com o resto da família.

A “família” designada aqui é composta pelo conjunto dos descendentes de Hilda, repartidos nas suas próprias casas. O pai dos quatro primeiros filhos e filhas está fisicamente ausente há pelo menos 37 anos, e o pai do quinto filho sempre foi socialmente ausente. Por um lado, a evidência diz que o laço principal vem de uma filiação com a mãe. Porém, o sentimento de exclusão daquele filho que (nascido de uma relação da mãe com um outro homem) diz vir “de fora” e que, em “compensação”, estabelece uma relação de compadrio do lado do seu irmão (por parte da mãe) que ocupa a posição de chefe de família, sugere que o grupo de *sibling* propriamente dito – irmãos e irmãs em filiação bilateral – é um espaço de relações privilegiadas.

O apadrinhamento da casa como estratégia feminina

Vimos que o uso diferenciado das prescrições do parentesco estrutura um domínio necessário de controle feminino em volta da casa e de sua proteção. É a partir dessa “divisão do trabalho familiar” que se torna pensável, sem ruptura em termos funcionais e estruturais, a existência de famílias matricentradas.

Da mesma maneira, para entender o funcionamento e a eficácia da sociabilidade feminina, espécie de saber-viver na pobreza, é necessário voltar à família conjugal, e ver como, nela, se realiza a dominação feminina sobre a casa, que vai se encontrar “em pleno rendimento” na sobrevivência da família matricentrada. Esta posição central da mulher se verifica no caso exemplar do apadrinhamento, que funciona como uma forma de proteção da casa toda.

Pelo batismo dos filhos, o “estoque” de relações sociais à disposição das casas pode ser reforçado (quando o compadrio se instaura sobre relações de parentesco e aliança) e ampliado (quando envolve relações extra-familiares) (ver Quadro 5). Isto significa que a prática do apadrinhamento tem duas funções possíveis: uma de “hiper-parentesco” que reforça, entre os laços familiares, os que precisam estrategicamente ser

reforçados; outra de "quase-parentesco", compensando a falta de proximidade espacial ou de eficácia das relações familiares, ou ampliando as redes já existentes no parentesco. Estas duas funções participam da necessidade de multiplicar as proteções da casa. Elas são diferentemente aproveitadas pelos sujeitos, segundo seu "capital" de relações familiares localmente disponíveis e segundo sua competência relacional, cuja eficácia é medida pela capacidade de institucionalizar relações não-familiares construídas nas trocas do cotidiano residencial, ou de trabalho, ou do universo peri-familiar.

Que ele envolva parentes ou não-parentes, o batismo institui, em todos os casos, duas relações: uma entre os padrinhos e os pais (o compadrio), outra entre os padrinhos e seu afilhado (o apadrinhamento propriamente dito).

Quadro 5: Parentesco e apadrinhamento

Dona Iaci (casa nº 9) é irmã, vizinha e amiga de Dona Noêmia (casa nº 5). Nunca esquecem de se cumprimentar e de conversar. Iaci é a madrinha de um dos filhos de Noêmia. Mas cada uma tem sua própria rede que permite a seu grupo doméstico existir.

Para Noêmia (casa nº 5), lavadeira, 51 anos, vivendo com um filho de 18 anos e um jovem neto que ela cria, essa rede constitui-se das casas de quatro de seus próprios descendentes que moram perto dela: 1) Um filho e uma filha moram na avenida vizinha. O filho toma conta de uma borracharia onde trabalha seu irmão (que mora na casa de Noêmia); e ele ajuda financeiramente a mãe. A filha é lavadeira e vem freqüentemente à casa da sua mãe trabalhar junto com esta. 2) Um outro filho mora num sub-bairro vizinho e também ajuda sua mãe; Dona Noêmia diz desses dois filhos: "Eles olham na casa, vêem o que falta e deixam dinheiro". 3) Enfim, uma outra filha é uma das freguesas de Noêmia; além do salário que ela paga à mãe que lava e passa sua roupa, ela deixa, às vezes, uma parte das compras que faz no Supermercado do bairro.

Para Iaci (casa nº 9), é diferente: cozinheira (seu cônjuge, eletricitista da construção civil, desempregado, não é o pai das crianças), ela não tem em casa filhos trabalhando regularmente e trazendo dinheiro. Portanto, à presença-recurso que representa sua irmã-vizinha, acrescentam-se as redes que ela própria constitui. Dona Iaci e família "se dão bem com tudo mundo". Quatro de seus cinco filhos têm padrinho no bairro do Largo, entre os quais um na própria avenida. Este último é vigilante numa empresa privada de segurança; os três outros são: um funcionário do Correio, um assalariado do Pólo Petroquímico e um do Centro Industrial de Aratu.

A eficácia da relação de apadrinhamento propriamente dito é apenas potencial. Os pais da avenida sabem muito melhor falar de seus compadres e comadres do que dos seus padrinhos e madrinhas. Acham-se porém alguns casos de proteção de padrinho para afilhado (relação de trabalho e ajuda na procura de emprego) e um caso de criação de um afilhado por seus padrinhos depois da morte de seus pais.

Se uma eficácia imediata da relação pode ser esperada, ela não concerne necessariamente ou exclusivamente a relação padrinho/afilhado, como já vimos no caso do apadrinhamento do filho caçula de Hilda, acima (Quadro 4). Com efeito, a escolha dos padrinhos institucionaliza uma relação já existente entre adultos, e o batismo institui

uma nova relação entre eles (o compadrio). Além do mais, a escolha se faz geralmente num momento do ciclo familiar – o da constituição e expansão da família elementar – onde a família precisa, mais do que em qualquer outro momento, de “forças”. Enquanto a definição *religiosa* da relação instituída pelo batismo inscreve como primeira a proteção de um adulto para com uma criança (Pitt-Rivers, 1985, p. 105), a proteção se estende *socialmente* à família toda, definida na sua fase inicial, e portanto aos pais dessa família. Ritual religioso, o batismo retira sua eficácia do seu caráter de proteção familiar, e este contém o significado social e econômico que fundamenta, desde séculos e atravessando sem maiores danos as inconstâncias e heterodoxias da fé, a reprodução do batismo católico.

Quem são os “protetores” que as famílias da avenida São Caetano podem integrar, e eventualmente mobilizar, nas suas “estratégias de sobrevivência”, e através de que relações eles são encontrados?

Na Bahia do tempo da escravidão, os padrinhos eram de uma condição social próxima da dos genitores. Substituto de uma família socialmente não reconhecida, o padrinho de escravo nunca foi seu senhor (como salienta Pitt-Rivers, o compadrio é uma relação “entre pares”), e muito excepcionalmente o senhor de outros escravos (Gudeman e Schwartz, 1988). A diferença entre padrinhos e genitores se dava no *status*, definido por referência ao estado jurídico (o padrinho era mais afastado do estado de escravo do que os pais), por referência à cor (os padrinhos eram geralmente de pele mais clara do que os pais) e por referência ao prestígio local, à personalidade e ao círculo de relações (Mattoso, 1988, p. 132).

Os mesmos princípios se encontram na avenida São Caetano apresentada aqui, cuja filiação com o antigo estado de escravo é verificável tanto em termos genealógicos (não há nenhum branco morando na avenida, somente negros e mulatos) quanto do ponto de vista da sua posição inferior nas hierarquias da sociedade global, lugar onde se encontraram os negros depois da Abolição de 1888.

Os padrinhos e as madrinhas dos filhos da avenida nunca se encontram nos estratos superiores da sociedade, mas em condições econômicas vizinhas das dos pais. A diferença, fundamentalmente, vem do *status*: uma certa estabilidade profissional e de renda (a maior parte dos padrinhos são assalariados), um acesso melhor aos direitos sociais, um prestígio na família ou na vizinhança ligado a essas qualidades e à sociabilidade da pessoa. Isso se traduz, na hierarquia dos status do bairro, pelo fato de que os padrinhos dos filhos das “famílias carentes” têm tendência a se situar entre as “famílias equilibradas”. Por exemplo, enquanto não se encontra nenhum assalariado das empresas “dinâmicas” da região entre os pais chefes de casa da avenida, os mecânicos, soldados, operadores de processo e outros assalariados do Pólo petroquímico, do Centro Industrial de Aratu, e da Petrobrás, representam um quarto dos padrinhos dos filhos da

avenida, o restante sendo composto principalmente de pequenos funcionários públicos, de comerciantes e de estivadores do Porto. Dessa maneira, a proteção que os grupos domésticos da avenida São Caetano se dão através da formação de uma rede de padrinhos e madrinhas permite uma relativa elevação social das referências das casas.

A “comunidade de vida” – segundo os termos de Katia Mattoso – onde se encontram os padrinhos e as madrinhas, é plural. Virtualmente, ela se compõe: 1) das relações familiares de cada um dos pais da criança e da própria “comunidade de vida” (aliados, vizinhos, laços profissionais) de cada um desses parentes; 2) das relações extra-familiares dos pais da criança.

Tabela 2: Relações e localizações dos padrinhos e das madrinhas (dos filhos e filhas, netos e netas dos chefes de casa e de seus cônjuges), avenida São Caetano, maio 1988

Residência do padrinho/ da madrinha	Posição do padrinho/da madrinha em relação ao afilhado						Total	%
	Parente materno	Relação extra- familiar da mãe	Parente paterno	Relação extra- familiar do pai	Outro			
Na avenida	4	6	–	–	2	12	15,4	
No sub-bairro	5	1	1	–	3	10	12,8	
No bairro (Liberdade)	3	11	–	7	1	22	28,2	
Outros bairros	8	14	3	7	2	34	43,6	
TOTAL	20	32	4	14	8 *	78	100,0	
%	25,6	41	5,1	17,9	10,3	100		

* Trata-se, por um lado, da irmã (de mesmo pai e mesma mãe) do batizado escolhida como madrinha; por outro lado, de três casos onde o padrinho foi escolhido pelo próprio batizado (batismos de adolescentes) na vizinhança, e de quatro casos onde a relação não foi especificada.

A efetivação desse “estoque” virtual de proteção da família depende de práticas que evidenciam a divisão dos papéis entre homens e mulheres no que concerne ao funcionamento da casa. O peso maior do lado materno na escolha dos padrinhos, já observável no caso dos padrinhos parentes, amplifica-se ainda na escolha dos padrinhos não-parentes (ver Tabela 2). A atuação da família materna no cotidiano da organização da família nuclear e o *status* da mulher nesta mesma família nuclear evidenciou-se em todos os quadros de relações provedoras de padrinhos.

A posição dominante das mulheres na organização da proteção da família pelo apadrinhamento prolonga e reproduz o princípio da centralidade feminina no cotidiano familiar. Este princípio se realiza em outras ocorrências.

A este respeito deve-se lembrar que o apadrinhamento, além de ser o resultado de uma prática religiosa específica, vale também como metáfora, nesses usos que Pitt-Rivers chama “figurados” (1985, p. 91), quando as apelações de “compadre”, “madrinha” etc. qualificam relações não-institucionalizadas que se situam na mesma “comunidade de vida” e que os sujeitos precisam diferenciar, dando-lhes um peso social maior. Ele vale também como paradigma para a análise de outras relações não-institucionalizadas como os laços “de consideração” ou a circulação de “filhos de criação” (Fonseca, 1985). Além de emprestar os mesmos caminhos que os observáveis na formação de redes de padrinhos, todo esse “sistema” de relações não-institucionalizadas, mobilizado para que possa existir socialmente o grupo doméstico, evidencia o papel central da mulher e de seu “lado”.

O saber viver feminino e o *status* masculino

A situação de pobreza não altera em nada o *status* da mulher. Pelo contrário, ele torna o seu “domínio” – o da casa e das relações que a rodeiam – central e decisivo para a sobrevivência da casa (Woortmann, 1987, p. 292), enquanto marginaliza, até à exclusão, o homem que fracassou na construção de uma família.

Componentes de subjetividade aparecem regularmente nos discursos femininos sobre sua condição e seu destino, tais como foram levantados em várias falas de mulheres da avenida São Caetano. Pode-se sumariamente agrupá-los da seguinte maneira: 1) definição da pobreza como uma evidência, ou melhor, uma “natureza”, remetendo a caracteres pessoais (apontados pelas palavras “incapaz”, “doente”, “anormal”, “diferente”, “de má vontade” etc.), e superável por outros caracteres pessoais¹³; 2) valori-

13 A partir de uma pesquisa quantitativa feita na região de Salvador sobre os motivos invocados pelos pobres para explicar sua situação de pobreza, Inaiá Carvalho e Nadya Castro concluíram: “No caso das camadas mais baixas das populações urbanas (...) a crença na fatalidade ou na própria ausência de méritos justifica, para uma parte dessas camadas, as carências experimentadas, que passam a ser correlatas a uma posição social que ‘obviamente’ lhes corresponde. Enquanto outros visualizam a superação dessas carências através do esforço, iniciativa e capacidades individuais” (Carvalho e Castro, 1977, p. 536).

zação das competências relacionais (“se dar bem com todo mundo”) como um outro caráter pessoal capaz de superar as dificuldades de condição; 3) recurso discursivo ou prático à intervenção explicativa e protetora de poderes sobrenaturais (que se traduzem, entre outras manifestações, pela presença ou ausência de “sorte”) ¹⁴.

Esses componentes subjetivos – a “naturalização” da pobreza e o princípio das relações múltiplas como maneira de estar no mundo – não representam um “discurso feminino” propriamente dito, mas são os elementos de uma simbologia que *cabe* com a posição das mulheres, tal como imposta pela estrutura e regras de parentesco e por sua socialização, que as dispõem a *saber viver* na pobreza. Este saber-viver constitui-se numa “estratégia” objetiva de “familiarização” e personalização dos espaços sociais de vida, que envolve necessariamente um conjunto de qualidades e julgamentos morais e individualizados.

Os temas que ordenam o discurso dos homens são a “luta” (e outras palavras decorrentes desta, como “vitória” etc., para comentar fases das trajetórias profissionais) e a “conformação” (“se conformar” a aceitar as regras da sociedade global e do trabalho), embora a saída da pobreza comece também pelas boas relações. Estas se encontram geralmente no início das trajetórias masculinas, como meio de saída da pobreza.

Esses temas de um discurso de mobilidade – relações, luta e conformação – compõem um discurso para os homens no sentido de atender às necessidades das regras familiares: a luta econômica é o prolongamento e a condição de sucesso da luta simbólica que se espera do homem para formar sua própria família e reproduzir sua linha.

A simbologia familiar impõe aos homens o “dever” social de construir e prover uma família – sem a qual eles se encontram sem *status*. Este dever inspira sua “luta” individual para tentar encontrar um lugar na sociedade, caminho que os dirige para espaços sociais de trabalho onde se desenvolvem práticas e discursos “de classe”. Há portanto uma *continuidade* entre a lógica familiar e a integração nos espaços sociais onde se desenvolvem as classes “visíveis”, continuidade que passa pelas linhas masculinas.

Quaisquer que sejam as classes e os meios sociais, as práticas familiares se referem a um sistema de parentesco bilateral “com acentuação patrilinear”. Neste sistema de referência, o nome e o *status* familiares se transmitem nas linhas masculinas, sendo

14 Este recurso se dá dentro de uma religiosidade na qual o sujeito entra em relação com as divindades da mesma maneira que entra em relação com os humanos. As divindades (sejam elas santos católicos ou divindades afrobrasileiras) são figuras meio-divinas, meio-humanas, que acompanham a vida quotidiana.

que, por isso, o homem deve necessariamente saber "lutar". Ao mesmo tempo, este sistema de regras torna necessário um vasto domínio de atuação feminino. A eficácia deste último se torna uma dominação quando a linha familiar masculina se rompe, marginalizando e desonrando o homem "incapaz".

Neste ordenamento dos comportamentos familiares encontram-se ao mesmo tempo os princípios da produção *familiar* da feminização da pobreza, ou seja, a formação de um saber-viver feminino na pobreza, e os princípios da contradição entre a pobreza e o *status* social do homem familiar: a pobreza não é um lugar para ele; quando ela não o marginaliza, é porque ele está saindo dela.

Recebido para publicação em maio/1990.

AGIER, Michel. The sex of poverty. Men, women and families at an alley of the city of Salvador, Bahia. *Tempo Social*: Rev. Sociol. USP, São Paulo, 2(2): 35-60, 2.sem. 1990.

ABSTRACT: Based on systematic observation carried on on an alley in the poor Liberdade section of the city of Salvador, State of Bahia, the author wants to show how symbolic representations of the individuals about their condition and fate make sense when reported to the current organization of the poor, black families, and to the different positions that men and women occupy in such families.

UNITERMS: poverty, culture of poverty, woman, "feminisation of poverty", family, kinship, gender relationship, neighbourhood, sex rols, social networks, men/ women.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU Filho, Ovídio de. Parentesco e identidade social. *Anuário antropológico*, 80: 95-118, 1982.

AGIER, Michel. "Espaço urbano, família e *status* social. O novo operariado baiano nos seus bairros". *Cadernos do CRH*, nº 13, Salvador, CRH/UFBa (no prelo), 1990.

———. Lógica da diferenciação social. Nota sobre as trajetórias profissionais no novo operariado baiano. *Cadernos do CRH*, Salvador, CRH/UFBa, 12: 97-109, 1990b.

AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor, um estudo de ascensão social*. São Paulo, Nacional, Brasileira, Vol. 281, 1955.

AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. In: *Ensaio de antropologia social*. Salvador, UFBA, 1959.

———. Família, casamento e divórcio. In: *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio, Civilização Brasileira, 1966.

BOURDIEU, Pierre. Condition de classe et position de classe. *Archives européennes de Sociologie*, VII: 201-229, 1966.

———. *Le sens pratique*. Paris, Minuit, 1980.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de & CASTRO, Nadya Araújo. Atitudes políticas e marginalidade urbana: um estudo de caso. *Ciência e Cultura*, vol. 29 (5), 1977.

CASTRO, Mary Garcia. *Family, Gender, and Work: The Case of Female Heads of Household in Brazil (State of São Paulo and Bahia), 1950-1980*. Tese Ph.D., University of Florida, 1989.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DURHAM, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C.L. (org.). *A aventura Antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

FONSECA, Claudia. Valeur marchande, amour maternel et survie: aspects de la circulation des enfants dans un bidonville brésilien. *Annales E.S.C.* Paris, 991-1022, 1985.

———. Aliados e rivais na família: o conflito entre consagúneos e afins em uma vila portoalegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Anpocs, vol. 2 (4): 88-104, 1988.

FOX, Richard. *Urban Anthropology. Cities in their culture settings*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1977.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José, org. *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville. Eléments d'anthropologie urbaine*. Paris, Minuit, 1983.

HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. Familles ouvrières face à la crise. Une enquête dans les quartiers ouvriers de São Paulo. *Les Temps Modernes*, Paris, 491: 103-120, 1987.

JOSEPH, Isaac. Urbanité et ethnicité. *Terrains*. Paris, 3: 20-31, 1984.

KOWARICK, Lúcio, ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio, org. *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

60 AGIER, Michel. O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa "avenida" em Salvador da Bahia. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 35-60, 2.sem. 1990.

LEWIS, Oscar. *Les enfants de Sanchez. Auto-biographie d'une famille mexicaine*. Paris, Gallimard, 1963.

———. The Culture of Poverty. In: Idem, *Anthropological Essays*. New York, Random House, 1970.

MATTOSO, Katia de Queiros. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo, Corrupio, 1988.

OLIVEN, Ruben George. *A antropologia dos grupos urbanos*. Petrópolis, Vozes, 1985.

PITT-RIVERS, Julian. *Anthropologie de l'honneur. La mésaventure de Sichem*. Paris, Sycomore, 1983.

QUIROGA FAUSTO NETO, Ana Maria. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Petrópolis, Vozes, 1982.

TELLES, Vera da Silva. *Família, trabalho e modos de vida: notas de uma pesquisa sobre trabalhadores urbanos em São Paulo*. São Paulo, UNICAMP (mimeo), 1988.

VALENTINE, Charles. *La cultura de la pobreza. Crítica y contrapropuesta*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970.

VELHO, Gilberto. *Acusações: projeto familiar e comportamento desviante*. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional (mimeo), 1974.

WOORTMANN, Klass. Casa e Família Operária. *Anuário antropológico*. Rio de Janeiro, 80: 119-150, 1982.

———. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985.